

AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE UM CASO DO PROCESSO INTERNO NA UERN

Ma. Eugênia Morais de Albuquerque
UERN/BRASIL
eugeniamal@yahoo.com.br

Dr^a. Débora Maria do Nascimento
UERN/BRASIL
pedeboramar@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho se propõe a discutir a avaliação no ensino superior mediante análise do processo de avaliação interna desenvolvido pela Comissão Setorial de Avaliação (COSE) na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil. O qual abordam dimensões e instrumentos que norteiam as etapas desse processo no curso de graduação em Pedagogia do *Campus* Avançado Prof^a. M^a Elisa de Albuquerque Maia. Para tanto, utilizou-se como metodologia o estudo bibliográfico e a coleta e análise de informações nos documentos da COSE. Os principais resultados constatou-se um esforço coletivo por parte de professores, técnicos e alunos em responder favoravelmente os indicadores presentes nas categorias de análises.

Palavras-chave: Avaliação no ensino superior. Avaliação interna. Pedagogia.

Palavras iniciais

Discutir sobre a avaliação enquanto instrumento necessário ao avanço e adequação do processo pedagógico, de partida, já obriga-nos a pensar sobre diferentes perspectivas e funções que esta assume no espaço educativo. Quando nos remetemos à avaliação em um determinado contexto e nível de ensino, necessário se faz contextualizar os seus pressupostos, dimensões e diretrizes das políticas macro e micro. É por esse caminho que desejamos refletir sobre a avaliação no ensino superior, especialmente, o processo de avaliação interna desenvolvido na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil, especialmente, a avaliação aplicada no curso de graduação em Pedagogia do *Campus* Avançado Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), da referida universidade.

A importância dessa discussão se revela, inicialmente, a partir do olhar que vários estudiosos vêm lançando sobre as políticas de avaliação no ensino superior. Nesse sentido destacamos as análises de Seixas (2001) que além de abordar os impactos da globalização no ensino superior, discute a emergência das novas formas de regulação

estatal, o que a leva a destacar o papel dos organismos internacionais e suas implicações sobre as políticas educacionais para o ensino superior.

Avaliação do ensino superior no Brasil: primeiras iniciativas e concepções

As políticas de avaliação no Ensino Superior têm sido uma temática abordada a partir de várias concepções que contribuem para compreensão dos vários cenários, de diferentes atores, marcos regulatório complexo e contraditório, fruto de acordos, orientações e compromissos de diferentes interesses e perspectivas no âmbito local, nacional, regional e mundial. (DOURADO, 2011).

Seixas (2001), afirma que há semelhanças nas reformas empreendidas nos vários países do mundo a partir das décadas de 1980 e 1990 destacando-se, nesse processo, a crescente internacionalização dos sistemas educativos. Na base dessas reformas, está a ideologia tecnocrática, a qual acentua a importância da educação para a competitividade econômica em um mercado cada vez mais global, o que implica na redefinição do papel do Estado, dando origem ao Estado avaliador. Para a referida autora, autonomia, financiamento e avaliação são instrumentos assumidos nos anos 1990, que passam a constituir o que ela denomina de ‘triângulo estratégico’ da política educativa.

Segundo Seixas (2003), a noção de Estado avaliador implica.

Uma redistribuição das funções e responsabilidades na coordenação do ensino superior. Basicamente, pode-se referir três aspectos fundamentais: a concentração da administração central na dimensão estratégica de desenvolvimento do sistema, definindo objetivos e os critérios de qualidade do produto final; a emergência de poderosos órgãos intermediários de especialistas, funcionando como agentes diretos de avaliação e de coordenação; e a ênfase na autoregulação das instituições. (Apud Eussen & Castro, 2012 p.297).

Nesse cenário o papel dos organismos internacionais na elaboração e difusão de ideologias de desenvolvimento educacional a nível mundial, tais como: o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), embora afirmem não pretenderem impor modelos ou direções rígidas para a

política educacional, estas organizações são responsáveis por configurarem uma política transnacional e de mercado para o ensino superior. (SEIXAS, 2001).

Como exemplo, citamos o Banco Mundial, que desde a década de 1990 tem assumido papel determinante no âmbito das reformas no Ensino Superior, sendo que Cabral Neto (2009, p. 27) “assina-la que, na medida que o conhecimento cada vez mais vem assumindo importância central na sociedade, fenômeno semelhante vem ocorrendo em relação à educação superior”. Segundo o autor, O Banco Mundial chama atenção para a baixa qualidade dos conhecimentos que são transmitidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e que essa má qualidade tem provocado graves dificuldades em relação à competitividade entre os países principalmente os que estão em desenvolvimento.

Neste sentido, Sobrinho (2003), afirma que nos últimos anos a avaliação no Ensino superior, por um lado, está sendo praticada como instrumento de regulação, controle e fiscalização das agências que pregam a modernização e a privatização dos serviços educacionais, por outro, como forma de utilizar a avaliação do ensino superior como prática social e forma de emancipação.

A década de 1990 evidenciou a propagação das ideias neoliberais que tiveram grande repercussão nas políticas educacionais adotadas no mundo para o Ensino Superior. Conforme Cabral Neto (2009, p25) “evidencia as tensões entre uma proposta de avaliações emancipadoras - defendida pela Comissão Especial de avaliação (CEA), que concebeu as bases do Sinaes – e a institucionalização de um modelo fundamentado na lógica da regulação e controle”. Nesse contexto os novos modelos de avaliação apresentam-se como forma a tornar adequado as leis do mercado, na lógica concepção de Estado em que se desresponsabiliza de sua função de regulador, avaliador e controlador desses serviços em virtude da lógica empresarial de mercado. (EUSSEN & CASTRO, 2012)

Nesse cenário, de redução das funções do Estado, a avaliação passa a ser utilizada como controle e regulação do conteúdo e da qualidade do ensino, são utilizados também estratégias de prestação de contas e responsabilização sobre ações, metas e recursos. Constitui estratégia gerencial que adota como controle do ensino através de indicadores de desempenho.

A necessidade de avaliar as instituições em nível superior no Brasil teve origem com a expansão da iniciativa privada para atender as demandas do ensino superior, principalmente, nas décadas de 1960 e 1970, época em que a expansão privada se configurou mais acentuada. (EUSSEN & CASTRO, 2012, p 300-301).

A lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 4.024/61 configura-se uma das primeiras iniciativas para regulamentação dos mecanismos de expansão do ensino Superior brasileiro. A organização e estrutura das universidades conforme consta no decreto nº 2.306/97, prevê de forma flexível da organização do Ensino Superior sob formato de universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores.

O debate em torno da Reforma do Ensino Superior tem sido contínuo e de difícil consenso, principalmente pela complexidade do contexto no qual se insere a universidade das reformas e da atualidade. As novas realidades, as novas demandas e os desafios do mundo globalizado, requerem posturas diferentes e formas de agir conectadas com as transformações vertiginosas da sociedade em rede. (JÚNIOR, N. de A., 2003).

A partir de 1980, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), delineou políticas de avaliação Institucional com objetivo de diagnosticar a situação real das instituições, ao discutirem o assunto e detectarem a baixa qualidade do ensino Superior e a falta de controle e supervisão das instituições privadas. Daí delimitasse projetos e diretrizes objetivando a melhoria da qualidade da educação superior. (EUSSEN & CASTRO, 2012)

Atendendo ao que previa o Art. 4º da Lei no 10.172/2001, “A União instituirá o Sistema Nacional de Avaliação e estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Nacional de Educação” (BRASIL, 2001a), foi sancionada a Lei no 10.861/2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), pautado num projeto mais popular e democrático visando à justiça Social. Esta mesma lei definiu também, em seus Arts. 3º, 4º e 5º, que a avaliação da educação superior compreenderá: a avaliação institucional; a avaliação dos cursos de graduação e a

avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação. (BRASIL, MEC/INEP, 2004a).

A sua estrutura é um tanto complexa e o funcionamento possibilita a aplicação simultânea de vários instrumentos, que possibilita o levantamento de um considerável volumes de dados e o acompanhamento sistemático do nível de ensino através de seus indicadores de qualidade (SANTOS, 2012), portanto, não é nosso objetivo esgotar o debate nesse artigo. No que diz respeito aos instrumentos que integram o SINAES, as suas etapas são a interna e externa. A coordenação das equipes de avaliadores externos que desenvolverão visitas In loco nas IES, a sistematização de dados oriundos das comissões próprias de avaliação, bem como os oriundos das avaliações externas relativa ao conceito preliminar dos cursos. (Idem).

Avaliação institucional prevista pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tem “por objetivo identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores”. Nesta segunda dimensão se propõe identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes através do perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica. (Lei nº 10.861/2004). Já a terceira dimensão é composta pelo Exame Nacional de Avaliação do Desempenho do Estudante (ENADE). Segundo o MEC, o Exame do Rendimento do Desempenho dos Estudantes (ENADE), será realizado considerando:

[...] os conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento (BRASIL, MEC, 2004).

A institucionalização dos SINAES faz parte de uma das estratégias da reforma educacional para o nível superior e visa provocar reflexões e mudanças acerca do atual cenário político educacional relativo à avaliação institucional, essas mudanças exigiram uma forte presença dos órgãos normativos a exemplo as alterações nas diretrizes e bases da Educação Brasileira voltada para o ensino superior, LDB 939496, em que se refere a

mudanças estruturais e funcionais procurando assegurar: o acesso, a permanência, e a busca da qualidade.

Tais mudanças implementadas em nível nacional, exigem flexibilidade pedagógica e avaliações sistemáticas, no ensino superior, abre-se uma expansão do acesso, assim como, uma multiplicidade de áreas e precisa-se garantir além da expansão padrões de qualidade.

Avaliação institucional é um empreendimento que busca a promoção da tomada de consciência sobre a instituição. Seu objetivo é melhorar a universidade. A autoconsciência institucional constitui importante subsídio para o processo da tomada de decisão, tanto em nível individual quanto em nível coletivo, da instituição como um todo, com vistas ao seu aperfeiçoamento, e tem como ponto de fundamental importância a intensa participação de seus membros tanto na forma de encaminhar a avaliação na identificação de critérios e procedimentos, como na utilização dos resultados. (BELLONI *apud* RISTOFF, 2003, p.28).

O processo de avaliação institucional na UERN, conforme registram Oliveira e Almeida (2013) teve início em 1994, quando aderiu ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), revelam ainda que com a extinção desse órgão muitas das iniciativas sofrem uma crise com as discontinuidades do processo de avaliação. Com a instituição da Lei 10.861 que cria o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a UERN retoma a questão da avaliação institucional e a partir daí institui a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) e em 2006 cria o Programa de Avaliação Institucional (PROAVI) ligada a estas Comissões Setoriais de avaliação (COSEs). O objetivo desse Programa, com metodologia própria e pautada nos princípios de participação, transparência, legitimidade, integração, flexibilidade, globalidade e credibilidade, objeto da avaliação do ensino e de sua estrutura.

Assim, a avaliação da docência constitui uma das etapas desse processo de avaliação interna, e a partir de 2011, vem sendo realizada através de formulário eletrônicos disponibilizados no portal do professor e do aluno. Não há uma obrigatoriedade para responder a esse formulário, entretanto as Comissões Setoriais de Avaliação mobilizam e motivam docentes e discentes para que respondam a esse

questionário. Para que possamos compreender os critérios e processos metodológicos, discutiremos no item a seguir a avaliação realizada no curso de Pedagogia do CAMEAM/UERN. Antes de expor tais dados faremos inicialmente uma contextualização do curso em seguida análise dos resultados da avaliação realizada em 2012.

Breve histórico do curso de Pedagogia do CAMEAM/UERN

Situando a cidade de Pau dos Ferros/RN, município brasileiro no interior do estado do Rio Grande do Norte, na região Nordeste do Brasil. Localiza-se na microrregião homônima e mesorregião do Oeste Potiguar, a uma distância de quatrocentos quilômetros a Oeste da capital do estado, Natal. Ocupa uma área territorial de 259, 96 Km². Sendo que 1,9024 km² estão em perímetro urbano. É considerada a principal cidade da região Alto Oeste, Pau dos Ferros foi emancipada de Portalegre na década de 1850.

A versão de sua etimologia é que o nome seja uma referência a uma árvore que, pela sua grande dimensão, oferecia sombra e conseqüentemente um local para repouso dos vaqueiros que deram origem ao povoamento da região. Atualmente sua principal fonte de renda é o setor de prestação de serviços, tendo o comércio como importante atividade econômica.

Segundo consta nos registros do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia 2013, ofertado pelo Departamento de Educação CAMEAM/UERN, o mesmo teve sua origem concomitante à luta pela implantação do Campus Avançado de Pau dos Ferros, como resultado da premente necessidade de implantação da Universidade nesta região, atendendo aos anseios da sociedade e, também, ao projeto político e social de expansão da Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, como era denominada na época. (PPC, 2013).

[...] O *Campus Avançado de Pau dos Ferros* foi criado pelo Decreto no. 15/76, de 28 de Setembro de 1976, sancionado pelo prefeito municipal de Mossoró, Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, com o objetivo de instalar o Ensino de Nível Superior na região do Alto-Oeste Potiguar, tendo sua instalação oficial em 19 de dezembro de 1976. O Curso de Pedagogia constituiu-se

numa extensão do que já era oferecido pela Faculdade de Educação no *Campus Central*, criado em 16 de novembro de 1966, através da Resolução no. 126/66 – CEE, e reconhecido pelo Decreto Federal nº. 72.263/73 de 15 de maio de 1973. (PPC2013)

O currículo original do curso, com uma carga horária mínima de 2.775 horas, equivalente a 185 créditos, formava o especialista em educação nas habilitações: administração escolar; supervisão escolar e ensino das disciplinas e atividades praticas das Escolas Normais.

No processo de implantação do *Campus Avançado de Pau dos Ferros*, a demanda pelo Curso de Pedagogia já justificava sua oferta, na medida em que se registrava uma grande necessidade de profissionais de nível superior para atuar na educação e, mais precisamente, com formação nas habilitações já especificadas, as quais foram ofertadas até 1994, quando o currículo passou por um processo de reestruturação.

Uma retomada das discussões e estudos veio se efetivar com a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso, no ano de 2000, em atendimento as exigências internas da instituição, refletindo as necessidades legais e os debates por parte de entidades e educadores, em geral, em torno da formação de professores para a educação básica no contexto nacional.

Avaliação Interna: breve relato do diagnóstico do curso de pedagogia do *campus* avançado “profª Maria Elisa de Albuquerque Maia”

Este trabalho tem como principal finalidade expor um recorte dos aspectos relevantes do processo de Avaliação do curso de graduação de Pedagogia, ofertado no *Campus Avançado Profª Maria Elisa de Albuquerque Maia*, Pau dos Ferros - RN. Tendo como conhecimento preliminar dos pontos positivos e das fragilidades do seu contexto interno e externo, o que se configura como ferramenta essencial às atividades de planejamento do curso, do Campus onde está inserido, e da UERN como um todo.

O relatório da avaliação interna trata-se de um conjunto de dados e informações que retratam aspectos importantes do curso, com relação à infraestrutura (instalações físicas e acadêmicas) e também em relação aos recursos humanos (corpo docente, pessoal técnico administrativo e de apoio). É preciso ressaltar que o diagnóstico elaborado pela COSE evidencia-se:

como fundamental no processo de avaliação interna, visto que possibilita, a partir do levantamento de dados, por meio de documentos, de análise dos questionários aplicados a estudantes e a professores do referido curso, e de verificação *in loco*, um conhecimento preliminar dos pontos positivos e das fragilidades do seu contexto interno e externo, o que se configura como ferramenta essencial às atividades de planejamento do curso, do Campus onde está inserido, e da UERN como um todo. (RIBEIRO, D. M. & ALBUQUERQUE, E.M. 2013).

É importante ressaltar que os resultados do diagnóstico precisam ser incorporados às atividades de planejamento, de modo a subsidiar ao estabelecimento de prioridades e estratégias direcionadas à superação dos problemas detectados e, por igual, à construção de um ambiente acadêmico que venha a propiciar um ensino de graduação com qualidade. Em conformidade com as metas do Plano Nacional de Educação (art.214, III) a Avaliação Institucional do ensino deve ser continuamente melhorada.

E tomando como referência a necessidade de melhoria no ensino, as **Finalidades da Avaliação** segundo o § 1º do Art. 1º Lei 10.861/04, seria em primeira instância a melhoria da qualidade do Ensino Superior, orientação da expansão da oferta, aumento da eficácia da oferta das IES, aumento da sua efetividade acadêmica e social a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES por meio: da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, da promoção do respeito à diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e identidade institucional.

Na avaliação interna há uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) presentes em todas instituições de Ensino Superior a partir de 2004, conforme disposto na Lei n. 10.861/04. No nível da avaliação externa, o SINAES dispõe dos seguintes instrumentos: a) conceito preliminar de cursos (CPC) para a graduação, sendo esse instrumento que gera um conceito numérico, que vai de 1 a 5 e afere a qualidade de cada curso de graduação com base nessa escala. Nas últimas duas avaliações o curso de Pedagogia tinha sido avaliado com conceito 2 (dois) pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e precisaria alavancar uma avaliação superior a essas duas avaliações.

As categorias trabalhadas no âmbito do Curso de Pedagogia (UERN/CAMEAM) foram corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica, mediante um contexto social marcado pela disparidade sócio econômica e cultural. Selecionamos como categorias de análises para apresentar como recorte as dimensões Corpo Docentes e a Didático Pedagógico, por considerar de extrema importância para melhoria da qualidade do Ensino Superior.

Os dados apresentados na tabela 1 e no Gráfico 1 – resultado do relatório desenvolvido pela Comissão Setorial de Avaliação (COSE), são exemplos que confirmam a necessidade de melhoria do regime de trabalho como também a titulação dos professores, que veio a contribuir com a melhoria de 2 para 4 nas últimas avaliações do ENADE.

A Dimensão Corpo Docente

A verificação *in loco* teve como objetivo conhecer a titulação e regime de trabalho dos recursos humanos à disposição do curso de graduação em Pedagogia da UERN/CAMEAM entre os anos de 2010 a 2012.

Quadro 1 - Número de Docentes por Titulação e regime de trabalho – 2010 a 2012.

Ano	Titulação				Regime de trabalho		
	G	E	M	D	20 h	40 h	40h/DE
2010	0	11	10	02	1	17	5
2011	0	11	10	02	-	17	5
2012	0	11	09	05	1	15	9

FONTE: SAE e AAI/COSE

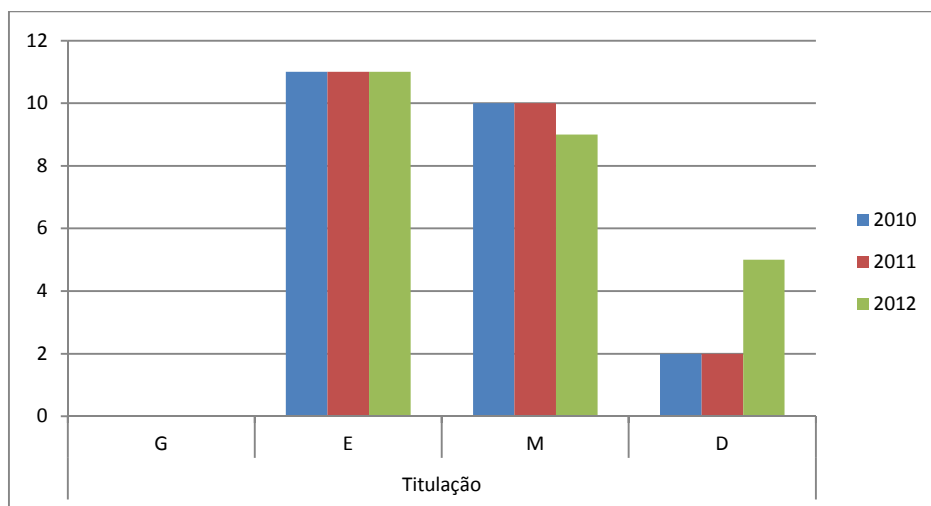
DATA BASE: Dezembro de 2012

LEGENDA: G = Graduação; E = Especialista; M = Mestre; D = Doutor
20h = Vinte horas; 40h = Quarenta horas; 40h/DE = Quarenta horas com dedicação exclusiva

O quadro 1 mostra, o número de docentes em relação ao regime de trabalho em 2010 a 2012, observa-se que só existe um professor em regime de 20 horas nos anos de

2010 e 2012, com 40 horas em 2010 e 2011 apresenta-se um total de 17 professores, que em 2012 apresentou uma diminuição para 15 professores, em correlação aos anos subsequentes 2010 e 2011, por fim, verifica-se, que de 5 professores tinha 40h/DE em 2010, houve um acréscimo em 2012 para 9 professores.

Gráfico 1 – Titulação



FONTE:SAE e AAI/ COSE

DATA BASE: Dezembro de 2012

Na análise geral do número de Docentes por Titulação e regime de trabalho, percebe-se que houve melhoria, quanto à titulação dos docentes, é de se observar que houve um avanço significativo no período entre 2007 e 2012. Em 2007, só havia uma professora com título de doutor, enquanto que em 2012, 04 professores já possuem diploma de doutorado. Ainda, encontram-se 03 professores, em capacitação em nível de doutorado, e 05 em nível de mestrado. Daí infere-se que, desse ponto de vista, o citado curso passa um processo de aprimoramento considerável.

A Dimensão Didático- Pedagógica

Esse indicador está representado através dos questionários eletrônicos respondidos por alunos e professores, no período de 17 de fevereiro a 29 de março de 2012. Para a sua avaliação foram utilizadas as possibilidades de respostas: “sempre”, “maioria das vezes”, “poucas vezes”, “nunca” e “não respondeu”.

Foram respondidos 586 questionários, sendo 557 pelos alunos e 29 pelos professores. É importante informar que 93,54% dos questionários disponibilizados para os docentes e 67,35% para os discentes foram respondidos. Isso pode ser considerado um ponto positivo, pois a resposta aos questionários não é obrigatória. O que demonstra o interesse dos docentes e discentes em avaliar e contribuir para o bom desempenho do curso. (RIBEIRO, D. & ALBUQUERQUE, E. M.,2013).

Nesse aspecto considera-se que a avaliação da docência foi significativa e com resultados positivos, pois dos 31 componentes curriculares avaliados pelos discentes, 97,8% afirmaram que os professores apresentam o Programa Geral do Componente Curricular - PGCC no primeiro dia de aula.

A avaliação não é um processo meramente técnico e seu sucesso depende, em grande parte, do reconhecimento da legitimidade dos responsáveis por sua realização (DIAS, S.,2000). Os processos avaliativos precisam envolver o maior número de participantes, tanto na construção de seu projeto quanto na análise e no uso dos resultados, contribuindo para o desenvolvimento humano na instituição (JUNIOR, N. de A. 2013).

Pautado numa concepção de avaliação como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente, o Departamento de Educação – DE/CAMEAM/UERN, lança-se ao desafio de rever, reorganizar muitas das ações presentes em sua funcionalidade, no sentido de responder, favoravelmente, aos indicadores presentes em cada categoria de análise evidenciado nos instrumentais propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e pela Diretoria e Avaliação da Educação Superior (DAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Para tanto, foi adotado nesse percurso os referências ou as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, bem como os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, buscando-se responder aos desafios postos aos cursos de graduação, no sentido de garantir a qualidade socialmente requerida à educação superior.

Ainda nesse propósito, realizou-se, no contexto universitário, ações contínuas consideradas importantes nesse processo de Avaliação Institucional, como o I

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA, no dia 23 de março do ano de 2011, na Sala A5 – CAMEAM/UERN, com a participação de aproximadamente 22 docentes e uma representação dos discentes do Curso de Pedagogia.

Nesse seminário foi socializado os Grupos de Trabalho – GTs responsáveis pela análise e proposição de sistematização de ações que se visasse contribuir com o Curso de Pedagogia no enfrentamento do processo avaliativo a qual iria ser submetido no segundo semestre do ano de 2013, bem como com a qualidade acadêmica e o compromisso social que se deseja para a graduação.

É pertinente dizer que neste trabalho como recorte buscamos focar principalmente duas dimensões a participação dos professores, alunos e técnicos do DE no processo de Avaliação Institucional e sua função social, para tanto realizamos observações e análises dos instrumentos utilizados pelos professores na avaliação do curso de Pedagogia do CAMEAM/UERN.

Considerações Finais

A reconfiguração do Estado brasileiro e as exigências do mercado trouxeram novos desafios para a sociedade em geral e para a educação superior, implicando numa ampla reforma educacional. Novos papéis são delineados, tendo em vista a expansão da economia em escala mundial, baseada no modelo de acumulação flexível, provocando a instauração um novo modelo de organização da gestão da educação superior pública brasileira. Uma educação focalizada nos resultados baseado no tripé eficiência, eficácia e produtividade.

Dessa forma o Estado supervisiona a educação superior para efeitos de planejamento das políticas educacionais e garantia de qualidade do sistema através da avaliação institucional responsabilizando a comunidade educativa pelos seus resultados. A lógica da avaliação meritocrática e tecnicista orientada pela lógica do controle, regulação e cumprimento de requisitos e normas voltado à identificação dos melhores para incentivos e financiamentos, assim como, ao estabelecimento de padrões de status e excelência, traduzidos em listas hierárquicas ou rankings (BELLONI, apud CABRAL NETO 2009, p25). A sistemática de avaliação apresenta-se com características do

modelo gerencial puro, que enfatiza o conceito de produtividade (fazer mais com menos), a diminuição dos gastos públicos e a busca da eficiência governamental.

O presente trabalho se propôs discutir o processo de avaliação institucional do curso de graduação em Pedagogia do campus avançado Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM/UERN), socializar um recorte dos trabalhos desenvolvido pela Comissão Setorial de Avaliação, abordando os elementos (dimensões e instrumentos) que nortearam o diagnóstico e as etapas que constituíram tal processo partindo dos dados coletados, análises dos questionários eletrônicos de alunos e a observação de campo, apoiando nas leituras de alguns periódicos e artigos de livros que tratam a cerca da avaliação institucional, como também dos modelos teóricos metodológicos propostos, destacamos os pontos a seguir.

Os principais resultados apontaram um esforço coletivo por parte de professores, técnicos e alunos em responder favoravelmente aos indicadores presentes nas categorias de análises. Existe uma expectativa positiva frente aos dados do Curso de Pedagogia da UERN/CAMEAM. Em relação ao Processo de ensino-aprendizagem do curso de Pedagogia do CAMEAM, os alunos destacaram as seguintes questões:

A grande maioria dos docentes apresenta e discute o Programa Geral de Componente Curricular na primeira semana de aula de cada semestre; Alguns alunos afirmam que há uma distância da formação docente com relação ao componente que ensina, porém isso ocorre com a minoria dos professores; Reconhecem que há espaços de participação nas aulas, nas decisões relacionadas ao processo avaliativo, no entanto, alguns alunos não participam e não se envolvem nesse processo; que alguns docentes não flexibilizam a metodologia e os procedimentos de avaliação e por fim, os alunos afirmam que nas turmas iniciais alguns alunos ainda estão se encontrando (se identificando) no curso e reforçam a importância do papel do professor na definição dos rumos dentro do curso. (RIBEIRO, D. & ALBUQUERQUE, E. M.,2013).

Mesmo quando os principais resultados apontaram inadequação das instalações físicas para alunos com necessidades especiais. As instalações do curso apresentam uma situação que caracteriza-se como fraca, pois as condições de acesso atendem precariamente a demanda. Evidencia que existem passarelas e rampas com inclinações

adequadas, mas estas não dão acesso a todos os ambientes; as instalações sanitárias não são apropriadas; também não há vagas especiais no estacionamento.

Constatou-se que os alunos do curso têm acesso aos equipamentos de informática, o que caracteriza uma situação regular, vez que esse acesso ocorre em função da disponibilidade dos equipamentos e sujeito a agendamento. Vale salientar que embora o Departamento de Educação não disponha de laboratório de informática, a biblioteca do campus e o curso de Administração disponibilizam esses espaços, tanto para os alunos como para os professores do curso de Pedagogia e demais cursos do CAMEAM, mediante agendamento prévio. (Idem)

Apresenta-se situação também regular, o conjunto de equipamentos e recursos audiovisuais e multimídia disponíveis para atender às necessidades de professores e alunos, no entanto, em quantidade insuficiente para atender a demanda, visto que estão distribuídos em diferentes espaços e atividades, entre estas: secretaria do Departamento, bases de pesquisa, núcleo e projetos de extensão, sala da pós-graduação, sala de professores e laboratórios. (Idem).

Assim como os resultados do diagnóstico precisam ser incorporados às atividades de planejamento, de modo a subsidiar ao estabelecimento de prioridades e estratégias direcionadas à superação dos problemas detectados e, por igual, à construção de um ambiente acadêmico que venha propiciar um ensino de graduação com qualidade.

Por fim, evidenciou limitações no processo da Avaliação Institucional, em relação aos instrumentos, despertando para necessidade de se repensar ou redefinir um novo modelo de instrumentos avaliativos para a Educação Superior. Principalmente instrumentos que sejam mais flexíveis para coleta de dados de realidades sociais distintas.

Referências

BRASIL. MEC/INEP. **LEI N. 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.** INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES.

CABRAL NETO. Antonio. **Avaliação do Ensino Superior no Brasil: As tensões entre Emancipação e Regulação.** In. CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antonio e NASCIMENTO, Ilma Vieira.(orgs) Políticas para a Educação Superior no Brasil: Velhos Temas e Novos Desafios. Xamá, São Paulo, 2009.

DARDENGO, Vilma M^a. **Avaliação Institucional a tessitura de uma experiência**. São Paulo, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: Avaliação e Emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José, RISTOFF, Dilvo I. (org.). **Avaliação e compromisso Público: a educação Superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. P.35-52.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle**. In Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE) Associação Nacional de Política e Administração da educação. Editora: Maria Beatriz Luce. Porto Alegre: ANPAE, 1997.v.13, n.1 (jan./ jun, 1997).

EUSSEN, Shirmênia Kaline da Silva Nunes; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **A avaliação como estratégia de regulação de políticas para o ensino superior**. CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; Magna França (orgs.) In: Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012. 320p.

JUNIOR, Nelson de Abreu. **Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira**. Estudo realizado entre fevereiro e abril de 2003, cujo relatório final foi encaminhado à Direção da Faculdade de Educação (FACED-UFC).

OLIVEIRA, Maria de Fátima; ALMEIDA, Sirleyde Dias de. **A Avaliação da Docência por Disciplina na UERN: Um Processo de Participação e Adesão Voluntária**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/seminarios_regionais/trabalhos_regiao/2013/nordeste/eixo_3/avaliacao_docencia_disciplina_uern.pdf. Acesso em: 30/11/2013.

RIBEIRO, Disneylândia Maria; ALBUQUERQUE, Eugênia Moraes (Coords. COSE). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. **Relatório de Avaliação Interna – diagnóstico do curso de pedagogia do campus avançado “Prof^a Maria Elisa de Albuquerque Maia”**. 2012/2013.

RISTOFF, Dilvo I. ; **Algumas definições de avaliação**. In: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Campinas – SP, n.2, jun.2003, p.19-30.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Guia prático da Política educacional no Brasil: Ações, planos, programas e impactos no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. São Paulo: cengage Learning, 2012.

SEIXAS, Ana Maria. Políticas educativas para o ensino superior: a globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal. In: STORER, Stephen. R; CORTESÃO, Luiza; CORREIA, José Alberto. (Orgs.). **A Transnacionalização da Educação: Da Crise da Educação à Educação da Crise**. Porto: Afrontamento, 2001. pp. 211-239

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **”PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA.** *Campus* avançado “Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia. Pau dos Ferros, 2012.<http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/rio-grande-do-norte/pau-dos-ferros/sintese/acesso> em 29/04/2013.